

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: folha de São Paulo Class.: 200

Data: 25/04/81 Pg.:

Mineração criará foco de tensão em área indígena

CARLOS ALBERTO LUPPI

A portaria assinada em conjunto, na última semana, pelos ministros do Interior e das Minas e Energia, Mário Andreazza e César Cals, liberando às empresas estatais a mineração nas áreas indígenas — mesmo nas reservas já demarcadas — a curto prazo é um foco de tensão aberto pelo próprio governo a acrescentar-se a outros tantos que existem separando os povos índios do Brasil e as autoridades que os tutelam. A nova portaria dá amplos poderes a que empresas como a Docegeo e a Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais vasculhem com seus equipamentos e técnicos as 250 áreas indígenas do País, que ocupam 41 milhões, 120 mil hectares de terra e onde vivem 180 mil índios.

AMEAÇA

Além disso, a portaria é um profundo golpe num item básico de toda a luta de amplos setores da sociedade civil em favor dos povos índios do País: o da auto determinação e sobrevivência desses povos como nações. Como se isso não bastasse, a curtíssimo prazo a decisão representa dura ameaça à sobrevivência de seis mil índios da nação yanomami, concentrados nas serras do Surucucus e do Couto de Magalhães. Nesses locais existem grandes reservas de ouro, cassiterita, tório, urânio e outros minerais considerados essenciais e estratégicos. Para explorá-los, o governo terá de mexer numa das coisas mais sagradas para qualquer povo índio: a terra. E mexendo na terra começará a destruir o povo Yanomami que ainda se constitui "no maior grupo étnico do Continente americano a viver sua cultura tradicional", segundo expressão da antropóloga Claudia Andujar, presidente da comissão que há 11 longos anos vem tentando junto ao governo a criação do Parque Yanomami numa área de 10 milhões de hectares, em Roraima e no Amazonas.

A nova portaria deixa claro também que o governo não está disposto a criar o Parque Yanomami com 10 milhões de hectares e sim com quatro milhões, tirando dos índios seu espaço vital nas serras dos

Surucucus e do Couto de Magalhães. Está assim aberta a primeira grande brecha para um novo genocídio, já que na história dos povos índios do Brasil nunca, em tempo algum, o deslocamento de um povo para uma área não originalmente sua, deu certo. Ao contrário: mostrou-se catastrófica.

QUESTÃO FUNDAMENTAL

Esta decisão dos dois ministros, entretanto, não mostra apenas que o governo é um mau tutor dos índios do País. Revela que toda a política indigenista do governo, posta em prática pela Funai, está partindo de um erro fundamental: não há respeito pela terra do índio. Por causa disso é que, atualmente, 90% das 250 áreas indígenas do País vivem em conflito permanente. Ao desrespeitar a terra indígena, governo e prepostos roubam-lhe a paz, necessária para que qualquer comunidade indígena possa sobreviver. Assim, os 800 índios xucurus-kariris que permanecem em vigília constante desde 1979 em Palmeira dos Índios, em Alagoas, tentando impedir que a Prefeitura construa a sede de uma universidade sobre as terras onde estão sepultados seus antepassados, pode servir como dramático exemplo do total desrespeito para com a terra indígena.

A questão da terra indígena, que, segundo as promessas seria um trabalho prioritário na atual administração da Funai, dirigida pelo coronel da reserva Nobre da Veiga — que anteriormente era chefe da Divisão de Segurança da Docegeo, a companhia de prospecção de minerais da Cia. Vale do Rio Doce — não o é. Quinze meses depois de assumir o cargo com a afirmação de que "não entende nada de índio", o coronel continua na mesma situação. Ele prometia na ocasião: 1) demarcar e regularizar as terras indígenas; 2) realizar programas de saúde, saneamento e educação nas comunidades indígenas; 3) buscar a cooperação de órgãos e empresas públicas, e 4) descentralizar a Funai. O órgão, com um orçamento de 770 milhões de cruzeiros na ocasião, prometia demar-

car pelo menos 13 milhões de hectares de terras indígenas na Amazônia Legal e 47 áreas indígenas em todo o País. Isso, em dois anos no máximo.

INOPERÂNCIA

Nada disso está sendo cumprido. Do total de 41 milhões e 120 mil hectares de terras indígenas do País, até agora, em toda a existência da Funai, não foram demarcados mais do que 12 milhões de hectares. Recentemente, durante a realização da Primeira Assembleia Indígena do Leste, em Teófilo Otoni, os caciques dos maxacalis, crenauques, tupiniquins, guaranis e pataxós confessaram-se "debilitados e desanimados com a inoperância da Funai, que só promete e nada cumpre". Os índios falavam essencialmente da questão de suas terras, invadidas e "até roubadas". Os 1.600 pataxós do sul da Bahia, que ocupavam 24 mil hectares de terra, com a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal passaram a ocupar 17 mil hectares e agora têm apenas 8 mil hectares de areia e campos nativos. Suas terras férteis foram

para o Inera e o IBDF. Com 600 tupiniquins vivendo em duas aldeias em Aracruz, no Espírito Santo, a situação é idêntica. A demarcação não foi feita e enquanto isso a multinacional Aracruz Celulose reduziu a área de Pau Brasil de mil e 500 para 900 hectares e a de Caleiras Velhas de dois mil 700 para 800 hectares. Os 500 maxacalis, que vivem em Bertópolis, em Minas, em seis aldeias, também enfrentam problemas semelhantes.

É assim em todo o País, onde a Funai não cumpre seu principal objetivo: o de demarcar as terras indígenas. O Estatuto do Índio previa que todas as demarcações estariam feitas até dezembro de 1978. Agora, o prazo foi dilatado para 1982. Não será cumprido.

Faltam inúmeras áreas a serem demarcadas: 5 milhões e meio de hectares em Mato Grosso; 6,5 milhões no Amazonas; um milhão de hectares no Acre. São alguns exemplos. Dos três parques existentes — Xingu, Araguaia e Aripuanã — apenas o primeiro apresenta uma situação fundiária razoável.

Projeto atinge ianomamis

BRASÍLIA (Sucursal) — Os índios moxihete, subgrupo ianomami que vive nas proximidades do rio Apiaum, em Roraima, serão atingidos por um projeto de agropecuária da Companhia de Desenvolvimento de Roraima. O acordo entre o governo do Território e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Inera, deverá ser assinado em breve. O projeto agropecuário inclui ainda a área do garimpo Santa Rosa, onde a Funai está tentando remover cerca de três mil garimpeiros, com a ajuda da Polícia Federal. A denúncia foi feita ontem pelo Conselho Indigenista Missionário, Norte 1.

A área de atuação do projeto agropecuário abrange ainda quatro malocas dos ianomami: as duas primeiras no quilômetro 32 da rodovia Perimetral Norte, uma maloca localizada no rio Ajarani e outra a 20 quilômetros do subgrupo

opiktheri, que há dois anos sofreu uma epidemia de sarampo, quando morreram 68 índios. Até mesmo o posto indígena de Ajarani, pertencente à Funai, está incluído no projeto.

Lembra o Regional Norte 1 do Cimi que o projeto agropecuário é mais uma ameaça contra a criação do parque indígena ianomami. Os missionários afirmam ainda que um projeto de tal porte colocará em risco as comunidades que não têm contato com a sociedade envolvente, uma vez que esses grupos não têm assistência médico-sanitária e estarão "expostos às doenças ocidentais".

O Cimi denuncia ainda este projeto observando o caráter "malicioso" do governo, que pretende "ganhar tempo enquanto não se define a situação do parque". O Cimi diz que "esta é mais uma forma de extermínio do maior grupo indígena brasileiro e a espoliação do território ianomami".